

**A Chamada “Acumulação” Empreendedora:**  
o Estado Empreendedor do Novo Neoliberalismo no século XXI

The so-called Entrepreneurial “Accumulation”:  
the entrepreneurial State of new neoliberalism in the 21st century

La Llamada “Acumulación” Empresarial:  
el Estado empresarial del nuevo neoliberalismo em el siglo XXI

José Francisco Puello-Socarrás<sup>1</sup>  
Escuela Superior de Administración Pública

**Resumo:** O empreendedorismo como fórmula político-econômica emergente é uma das “inovações” chave tanto em teoria quanto nas práticas ideológicas neoliberais e desempenha um papel crucial na evolução que caracteriza o capitalismo tardio no século XXI. Isto para aprofundar os processos de exploração econômica, domínio político e opressão social - todos exacerbados pela fase neoliberal. Este artigo resume algumas das principais características deste processo, destacando os principais aspectos da teoria do empreendedorismo, suas origens e emergências; traça as facetas fundamentais da práxis empreendedora para a economia política contemporânea. Através de uma ilustração sintética -o caso da chamada *Economia Laranja* na Colômbia-, exemplifica elementos que, em termos concretos, estão convergindo nas práticas governamentais atualmente em vigor dentro do que poderíamos alegoricamente chamar: a acumulação empreendedora.

**Palavras-chave:** Empreendedorismo. Estado empreendedor. Novo neoliberalismo. Entrepreneurmania. Acumulação empreendedora.

**Abstract:** Entrepreneurship as an emerging political-economic formula is one of the key “innovations” in both neoliberal theory and ideological practices and plays a crucial role in the developments that characterize late twenty-first-century capitalism. It is intended to deepen the processes of economic exploitation, political domination, and social oppression, all of which are exacerbated by the neoliberal phase. This article summarizes some of the main characteristics of this process by highlighting the main aspects of entrepreneurial theory, its origins, and its emergencies; it outlines the fundamental facets of entrepreneurial praxis in contemporary political economy as well. Through a synthetic illustration -the case of the so-called *Orange Economy* in Colombia-, it exemplifies elements that, in concrete terms, are converging in the practical governmental orientations currently in force with in what we could allegorically call: entrepreneurial accumulation.

**Keywords:** Entrepreneurship. Entrepreneurial state. New neoliberalismo. Entrepreneurmania. Entrepreneurial accumulation.

**Resumen:** El emprendimiento como fórmula político-econômica emergente es una de las “innovaciones” clave tanto en la teoría como en las praxis ideológicas neoliberales desempeñando un papel crucial en la evolución que caracteriza el capitalismo tardío en el siglo XXI. Lo anterior acompaña y profundiza los procesos de explotación económica, dominación

---

<sup>1</sup> Professor na Escuela Superior de Administración Pública (ESAP), Bogotá, Colômbia. E.-mail [josepuel@esap.edu.co](mailto:josepuel@esap.edu.co). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8658-9543>.

política y opresión social, todos ellos exacerbados durante la fase neoliberal. Este artículo sintetiza algunos de los principales rasgos de este proceso, destacando los aspectos sustanciales de la teoría del emprendedor, sus orígenes e irrupciones subrayando además las facetas fundamentales de la praxis emprendedora en el marco de la economía política contemporánea. A través de una ilustración sintética –el caso de la llamada Economía Naranja en Colombia– se ejemplifican los elementos que en términos concretos están convergiendo en las prácticas gubernamentales actualmente vigentes en lo que podríamos llamar alegóricamente: la acumulación emprendedora.

**Palabras clave:** Emprendimiento. Estado emprendedor. Nuevo neoliberalismo. Emprendedormanía. Acumulación emprendedora.

---

**Recebido em:** 20 novembro de 2022

**Aceito em:** 10 de janeiro de 2023

---

Num tempo remoto havia, de um lado, uma elite diligente, inteligente, e sobretudo frugal, e do outro uma escumalha preguiçosa, que dissipava tudo o que tinha e mais. A lenda do pecado original teológico conta-nos, certamente, como o homem foi condenado a comer o seu pão no suor do seu rosto; a história do pecado original econômico, porém, revela-nos como é que há pessoas que não precisam de o fazer. Mas é indiferente. Assim aconteceu que os primeiros acumularam riqueza e os segundos, por fim, nada tinham para vender a não ser a sua própria pele. E deste pecado original datam a pobreza da grande massa, a qual continua, a despeito de todo o trabalho, a não ter nada para vender a não ser a si própria, e a riqueza de uns poucos, a qual cresce continuamente, embora eles há muito tenham deixado de trabalhar.

Karl Marx, *O Capital*: “A Chamada Acumulação Original”

## 1. Introdução

Tanto a teoria como a práxis ideológica neoliberal do empreendedorismo desempenham um papel crucial na evolução que caracteriza o capitalismo tardio no século XXI.

O empreendedorismo como fórmula político-econômica relativamente emergente é uma das “inovações” chave não só para aprofundar os processos de exploração econômica, domínio político e opressão social – todos exacerbados pela fase neoliberal –, mas também para “ajustar/mitigar” as contradições do capitalismo contemporâneo (Puella-Socarrás 2008, 2009). Como a crise mais espetacular e historicamente sem precedentes do atual modo de produção e reprodução social – que, por enquanto e apesar da sistemática ocultação por diferentes lugares hegemônicos de enunciação (mídia de

massa, organizações internacionais e governos nacionais), está longe de ser revertida -, o neoliberalismo no novo milênio conseguiu (com relativo sucesso) se renovar, especialmente recorrendo ao empreendedorismo.

A promoção contemporânea do empreendedorismo se expressa através de diferentes facetas e dimensões da vida social. Vão desde a exaltação do individualismo empresarial ao desenho de medidas públicas estatais, hoje avançadas por diferentes governos e até operações públicas "não estatais" em diferentes níveis e em diferentes cenários locais, nacionais e, naturalmente, globais.

No entanto, uma das trajetórias cruciais no qual o projeto (transnacional) de classe política que é hegemônico hoje, ou seja, o capitalismo neoliberal, se materializa, associa-se à construção gradual, mas sustentada do chamado *Estado empreendedor* (Mazzucato, 2014). Este é o tipo de (re)configuração do Estado que sintetiza os aspectos estruturantes da fase atual do capitalismo globalizado. Implica também em mudanças e transformações nas dimensões formal (jurídica e legal), concreta (organizacional nas ordens estatais e extraestatais) e, naturalmente, nas relações sociais, consideradas como um todo.

Este artigo resume algumas das principais características deste processo, destacando, primeiro, os principais aspectos da teoria do empreendedorismo, suas origens e emergências; depois, traça as facetas fundamentais da práxis empresarial para a economia política contemporânea. Finalmente, e através de uma ilustração sintética (o caso da chamada "Economia Laranja" na Colômbia), exemplifica elementos que, em termos concretos, estão convergindo nas práticas governamentais atualmente em vigor dentro do que poderíamos alegoricamente chamar de: a acumulação empreendedora.

## 2. O Empreendedorismo como Teoria –origens neoclássicas e emergências vulgares<sup>2</sup>

Como teoria, o empreendedorismo é um discurso neoclássico que retém um certo grau de complexidade e sofisticação. Apesar disso, a teoria empreendedora tem conseguido posicionar-se massivamente através de narrativas menos refinadas, impactando o senso comum e as práticas institucionais e cotidianas, que ainda hoje estão em vigor.

No início do século XVIII, o empreendedor foi tema de inspiração, começando com o clássico *Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral* de R. Cantillon (1755). Em contraste com as ideias de A. Smith sobre a mão invisível e o *Homo œconomicus*, o empreendedor parecia expressar, de forma tangível e visível, o ator central da nascente sociedade capitalista de

---

<sup>2</sup> Sobre a teoria do empreendedorismo neoliberal, ver Puello-Socarrás (2008, 2010, 2018).

mercado. De qualquer forma, como princípio antropológico, o *Homo redemptoris* (empreendedor) não se tornou mais proeminente, pelo menos dentro das principais teorizações do pensamento clássico no liberalismo<sup>3</sup>.

A emergência do neoliberalismo *in vitro*, no início do século XX, marca o momento em que o empreendedorismo recuperou o seu dinamismo. Primeiro sob os auspícios intelectuais da segunda geração da escola austríaca liderada por J. Schumpeter, juntamente com as contribuições de I. Kirzner, e depois pelas sucessivas gerações da Escola de Viena representada por L. von Mises e F. von Hayek principalmente, em meados do século XX; especialmente a partir dos desenvolvimentos do pensamento heterodoxo neoliberal, por exemplo, R. Coase (ver Puello-Socarrás, 2008)<sup>4</sup>.

Portanto, Eagleton-Pierce (2016, p. 57) está certo quando afirma:

Somente no século XX, quando tais pressupostos (Nota: o pressuposto simplificador sobre a “concorrência perfeita” dos mercados) foram relaxados e examinados à luz da teoria da empresa (Coase 1937), em paralelo com uma demanda emergente de conhecimento sobre inovação e crescimento (particularmente em períodos de fraqueza econômica), o apelo ao empreendedorismo alcançou um status dominante....

Ao mesmo tempo, o impulso ao empreendedorismo é consolidado pelo papel desempenhado hoje, tanto pelo neoliberalismo italiano na teoria econômica e nas perspectivas da administração empresarial privada, como pelas frentes neoliberais austro-americanas, especialmente na ciência política<sup>5</sup>. A evolução característica do

---

<sup>3</sup> Como pista, deve-se notar o contraste entre a definição pioneira do empreendedor de Cantillon e o que K. Marx mais tarde sublinharia. Primeiro, Cantillon (1775, p. 27) propõe: “(...) De todas estas induções e de muitas outras que poderiam ser feitas sobre um assunto cujo objeto são todos os habitantes de um Estado, pode-se afirmar que, com exceção do príncipe e dos latifundiários, todos os habitantes de um Estado são dependentes; que estes podem ser divididos em duas classes: empresários [Nota: a tradução, a rigor, deve ser “empreendedores”] e assalariados; que os empreendedores vivam, por assim dizer, em renda incerta, e que todos os outros tenham uma certa renda durante o tempo em que a desfrutam, embora suas funções e posto sejam muito desiguais. O general que tem um salário, o cortesão que tem uma pensão e o empregado que tem um salário, estão todos incluídos neste último grupo. Todos os outros são empreendedores, e quer se estabeleçam com capital para realizar seus negócios, quer sejam empreendedores de seu próprio trabalho, sem fundos de qualquer tipo, podem ser considerados como vivendo de forma incerta; os próprios mendigos e ladrões são ‘empreendedores’ desta natureza”. Enquanto isso, Marx observa: “A Economia Política, pois, não reconhece o trabalhador desocupado, o homem capaz de trabalhar, uma vez colocado fora dessa relação de trabalho. Vigaristas, ladrões, mendigos, os desempregados, o trabalhador faminto, indigente e criminoso, são figuras não existentes para a Economia Política, mas apenas para os olhos de outros: médicos, juízes, coveiros, oficiais de justiça dos pobres, etc. Eles são figuras fantasmagóricas fora do domínio da Economia” (Marx, 1844, p. 122).

<sup>4</sup> Contra o *Homo oeconomicus* idealizado como um indivíduo “racional”, Hayek (1975, p. 8) contrasta um “verdadeiro” individualismo que: “[...] não considera o homem como um ser inteligente e racional, mas como um ser irracional e falível, cujos erros individuais são corrigidos somente no curso de um processo social, e que aspira a obter a máxima utilidade de um material muito imperfeito”, uma imagem próxima ao *Homo redemptoris*, o indivíduo empreendedor (ver Puello-Socarrás, 2010).

<sup>5</sup> As origens do neoliberalismo italiano podem ser rastreadas até “[...] os esforços intelectuais do economista italiano de meados do século Luigi Einaudi”. Einaudi foi um dos fundadores de uma escola particular de economia das finanças públicas baseada na Universidade Comercial de Bocconi em Milão, uma escola da qual deveria surgir

pensamento administrativo público desde os anos 1980 e 1990 é, em qualquer caso, a “ponta de lança” para a extensão e o aumento de intensidade do empreendedorismo nas disciplinas sociais.

Por um lado, a Escola de Milão e os *Bocconi boys* (Alesina, Tabellini, entre outros) têm influenciado seletivamente a prática ideológico-política e as políticas públicas através dos postulados de “austeridade expansiva” (Blyth, 2014; White side, 2016) e *Bocconi Start-up Day*, uma iniciativa da Universidade Bocconi “com o objetivo de relançar o empreendedorismo e a criação de novas empresas e de valorizar as múltiplas atividades universitárias promovidas neste campo” (citado por Nicoli & Paltrinieri, 2019, p. 2).

Por outro lado, a influência precoce de Vincent Ostrom e Elinor Ostrom da Escola Bloomington de Economia Política é igualmente decisiva na evolução da faceta empreendedora.

Vincent Ostrom, por exemplo, em *A crise intelectual da administração pública americana* (publicado em 1973) legitima o empreendedorismo para o setor público com *empreendedores públicos* na vanguarda, ao afirmar que a administração pública (americana) estaria – na sua opinião – mais envolvida com o empreendedorismo do que com a gestão (citado por Stedman 2018). A dinâmica do governo poderia, assim, ser equiparada ao funcionamento de mercados “imperfeitos”, ou quase-mercados. A continuação desta ideia pela sua esposa, Elinor Ostrom – a primeira mulher não economista a ganhar o Prêmio Nobel da Economia (ver Puello-Socarrás, 2012) – sobre governação policêntrica e o governo dos “commons”<sup>6</sup> sintetiza a reivindicação do novo neoliberalismo de construir espaços público-privados para além da dicotomia Estado-ou-mercado, elevando o empreendedorismo público e o empreendedorismo como elementos-chave<sup>7</sup>.

Muito antes de V. Ostrom, o pensamento administrativo público, através do trabalho de H. Simon (*Administrative Behavior*, publicado em 1947), Prêmio Nobel em economia e membro da Sociedade Mont-Pèlerin, tinha sido baseado em torno do homem administrativo e sua “racionalidade limitada”, o empreendedor contemporâneo. As sucessivas ondas do discurso administrativo público, que no final do século XX registram a transição da administração pública clássica convencional para “novas” perspectivas como a *new public management*, mais especificamente as fórmulas de gestão

---

uma economia híbrida, a meio caminho entre as ideias do ordoliberalismo alemão e as abordagens do que mais tarde seria chamado de “economia de escolha pública” (Blyth, 2014, p. 323).

<sup>6</sup>Embora tenha sido traduzida sob a noção de “comum”, a noção desenvolvida por E. Ostrom é, a rigor: *Common-Pool Resources* (CPR) que tem implicações teóricas e ideológicas para este tópico (ver Jiménez & Puello-Socarrás, 2022; Puello-Socarrás & Jiménez, 2020).

<sup>7</sup> Quando E. Ostrom (2005, p. 1-2) pergunta em cujas mãos a “propriedade comum” deveria estar, ele responde: “[...] no fornecimento de serviços urbanos e recursos comuns, encontramos repetidamente comunidades de indivíduos em áreas urbanas e rurais que se organizaram para fornecer e co-produzir [...] bens e serviços locais dadas as limitações que enfrentam [...] empresários públicos trabalham de perto com cidadãos que frequentemente encontram novas formas de moldar serviços a partir de uma mistura de talentos e recursos locais”.

pública – nas palavras de Guerrero (2004): “Neoliberalismo na administração pública” –, marcam uma trajetória característica na qual o empreendedorismo se revela uma articulação *sinequa non* dentro da fase neoliberal.

A longa trajetória que desde os anos 1970 inaugura o “Estado Modesto” (Crozier, 1992) e o Pós-burocratismo (Barzelay & Armajani, 1998) e se desdobra durante os anos 1990 com a “Reinvenção do Governo” (Osbourne & Gaebler, 1992; 2006) – uma abordagem que não tem o subtítulo por acaso: “The Influence of Entrepreneurship in the Public Sector” –, consolida-se com a (Nova/Pós-Nova) Gestão Pública<sup>8</sup> e, mais recentemente, conduz aos discursos de Valor Público no século XXI (Bozeman, 2007; Christensen, T., & Lægneid, 2007). Nesta trajetória, o empreendedorismo revela-se guia e matriz ideológica estruturante para o tipo de capitalismo que está em vigor nos dias de hoje.

A partir destas linhas de pensamento, o empreendedorismo tem tido uma influência descritiva, mas sobretudo prescritiva, sobre as (contra)reformas neoliberais do Estado e seus aparatos, e também sobre a (re)construção do seu próprio regime estatal, governamental e gerencial.

Nas tradições neoclássicas em economia e em outras disciplinas sociais e humanas influenciadas pelos quadros teóricos neoliberais (Ciência Política, Sociologia, Administração pública e privada, Negócios e Psicologia), o empreendedorismo tem sido posicionado socialmente com base na “entrepreneurmania”.

Para efeitos de avaliação do empreendedorismo, e com base na distinção feita por Marx (1976, p. 114) entre a economia política (clássica) de Smith, Ricardo, etc., e a economia vulgar, a distinção (em grau, mas não em substância) entre as teorias (neoclássicas) do empreendedorismo, por um lado, e o empreendedorismo vulgar (*entrepreneurmania*), por outro, também é útil aqui<sup>9</sup>.

Para além da duvidosa qualidade académica deste tipo de produção, a literatura vulgar sobre empreendedorismo, a *entrepreneurmania*, goza hoje de grande divulgação e recepção entre vários públicos de leitura (e audiovisuais), incluindo a simpatia professada por vários círculos académicos de prestígio. Várias publicações são popularmente famosas por serem coroadas como *best-sellers* nos círculos editoriais globais e locais e da mesma forma que nos programas de televisão da masa<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Para uma síntese da literatura sobre a chamada “Pós-Nova” Gestão Pública, ver Chica & Salazar (2018). É necessário registrar, nas palavras de Maria Ceci Misoczky, as “críticas domesticadas” da Pós-Nova Gestão Pública e, especialmente, o foco na Criação de Valor Público. Estas abordagens, que afirmam aparecer como uma alternativa e uma superação das abordagens anteriores de gestão neoliberal, de fato as aprofundam (ver Puello-Socarrás, 2018; Dahl & Soss, 2014).

<sup>9</sup> Embora Marx usasse o adjetivo “vulgar” em um sentido não pejorativo e em oposição ao “clássico” (Dobb, 1937, p. 95), *vulgar* é usado aqui para sublinhar a tendência degradada de tais elaborações esfarrapadas intelectualmente falando, no que chamaremos em outro ponto analítico: lumpen-neoliberalismo.

<sup>10</sup> Por exemplo, *Pai rico, Pai pobre* de R. Kiyosaki e S. Lechter, ou *Pequeno cerdo capitalista* de S. Macias) (ver Portafólio, 2017). Neste tipo de “literatura”, o objetivo é gerar uma “educação” empreendedora, especialmente

### 3. Empreendedorismo como práxis. O futuro de uma (des)ilusão

#### 3.1. Individualismo como empreendedor de “si mesmo”. Para si mesmo ou para o Capital?

O restabelecimento de visões "centradas no empreendedorismo" e a valorização do empreendedorismo ao longo do século XXI são cruciais para a recomposição da crise do neoliberalismo. A produtividade do discurso empresarial, especialmente nos processos de exploração econômica e alienação ideológica, é a chave para a estabilização contraditória do capitalismo nos dias de hoje.

Entre outras coisas, a ilusão empreendedora sustenta a falácia de que os trabalhadores poderiam tornar-se "empreendedores de si mesmos", ou *entrepreneurs*.

De diferentes modalidades de auto-emprego, surgiria uma espécie de classe "criativa" que, entre outras coisas, esbateria as contradições atualmente existentes entre Capital e Trabalho. Sob este pressuposto, vários teóricos neoliberais contemporâneos têm se aventurado com a iminente transição para uma sociedade pós-capitalista (por exemplo, J. Rifkin, 1994). A euforia empresarial tem sido tal que mesmo setores da esquerda intelectual euro-americana enveredaram pelo caminho da emancipação pós-capitalista com base na entelechia do "empreendedorismo da multidão", uma espécie de empreendedorismo "anti-capitalista" (baseado na justaposição de harmonização entre J. Schumpeter e K. Marx!). Este é o caso de M. Hardt e T. Negri (2017), que pretendem introduzi-lo em um capítulo dedicado a este tema no seu livro: *Assembly*.

Vários aspectos devem ser considerados para analisar as inconsistências da práxis que colonizou o senso comum na hegemonia empresarial.

O primeiro deles está relacionado com os efeitos sobre a subjetividade individual. Sobretudo, a obsessiva pretensão de constituir um (suposto) novo sujeito social-ator-agente: o empreendedor, que se apresenta como o "protagonista" da lógica do capitalismo neoliberal (omitindo as contradições).

Uma das características do discurso empreendedor tem sido sublinhar constantemente, quase obsessivamente, a esfera individual e a dimensão subjetiva das pessoas, embora nos seus limites.

A práxis empresarial, como dita correlativamente a sua teoria, só é possível se privilegiar o individualismo extremo (subjetivismo) com algum grau de exclusividade. A intimidação psicológica (atenuada sob a linguagem da "motivação"), paralela à invocação de "voltas" emocionais, desempenha um papel fundamental para o indivíduo como empreendedor.

---

dirigida aos jovens. Em uma versão publicada no Brasil em 2005: *Pai rico, Pai pobre para jovens* foi traduzido como: "O que a escola não ensina sobre dinheiro".

Ambas as disposições se revelam vitais para "ativar" a ação empreendedora que é sempre e por definição uma ação "especulativa" ("a incerteza é inerente a toda ação humana", propôs um de seus mentores intelectuais, o neoliberal austríaco L. von Mises).

Assim, as formulações empreendedoras enfatizam – antes de tudo – que o empreendedor é o indivíduo que está sempre disposto a "assumir riscos" em cenários voláteis e, desta forma, intermediar os "fatores" de produção: capital e trabalho.

Com base nessas (supostas) habilidades, o empresário seria capaz de transcender seu lugar "anacrônico" como trabalhador ("vendendo-se" como mercadoria) e apresentar-se agora sob o disfarce "atualizado" de "empresário de si mesmo"; em versões ainda mais entusiasmadas desta narrativa, para se tornar o "dono" do Capital.

No léxico sofisticado da literatura pró-empresária, fala-se de "ser o próprio patrão", freelancer, independente, enquanto que, em linguagem coloquial (por exemplo, na Colômbia), é o "rebuscador", o verdadeiro ator da "economia rebusca" (informal).

Esta exaltação exagerada do "eu" individualista promovido por este discurso é altamente produtiva para o atual sistema de relações sociais; nunca para o (velho) trabalhador transformado em (novo) empreendedor, insistimos, principalmente naqueles cenários em que se desenvolve uma precária pauperização.

Por quê? Primeiro: "desfaz" (mas apenas a um nível subjetivista, na realidade, tenta esconder) os efeitos concretos que ainda podem ser percebidos como problemáticos da exploração econômica realmente existente e do domínio político resultante da relação básica entre Capital e Trabalho. Em vez disso, o empreendedorismo visa recriar a ilusão de independência (financeira, especialmente) e autonomia (em relação a hierarquias, pessoas e lugares ligados ao trabalho).

Pelo contrário, a realidade social mostra com base na análise social e em estudos e fatos que falsificam a ilusão empresarial que o futuro empreendedor rapidamente se transforma em desilusão.

Por um lado, a "independência" gera, de outras formas, uma subordinação mais dependente, geralmente associada ao sistema financeiro ao qual o "empresário de si mesmo" terá necessariamente de recorrer, sendo que ainda não é "um capitalista de direito próprio" ou o dono do Capital (nestes casos específicos, recursos financeiros) para ativar seus empreendimentos; por outro lado, a suposta autonomia é reciclada em condições de trabalho de maior controle, à primeira vista, indireto, mediato e, naturalmente, menos visível do processo produtivo (contratos por "objetivos", "resultados", *just in time*, "missões" são ilustrativos disso); incluindo seus "lucros"; ou, por exemplo: a extensão e a intensidade do horário de trabalho em detrimento daqueles dedicados ao lazer, mesmo que apareçam como voluntários ou "autoimpostos".

Esta é uma situação análoga, com diferenças sutis, mas históricas, ao que Marx analisou em relação ao *sweating-system* inglês do século XIX, agora ajustado à versão empreendedora: “[...] a exploração do trabalhador pelo capital ocorre através da exploração de um trabalhador por outro” (citado por Caffentzis, 2016, p. 39).

Aqui e agora, dentro do empreendedorismo, o "outro trabalhador" é o próprio trabalhador, literalmente. A exacerbação da lógica de exploração econômica sob a hegemonia empresarial do neoliberalismo está intimamente ligada às que se registram no nível de alienação ideológica.

Quando o próprio empresário "coloca", em segundo lugar, além de sua condição social de trabalhador dentro da relação básica que realmente rege a sociedade de hoje, o Capital-Laboral, em vez de desvanecer os efeitos e as contradições que gera, ele os potencializa. Especialmente quando os processos de pauperização e precariedade se revelam não só gerais, mas também crescentes.

O empreendedorismo torna-se, assim, um mecanismo-chave para a despolitização dentro das necessidades de hoje:

Uma vez que a ordem social tem sido baseada e continua a ser baseada no contrato de trabalho, a persistência do desemprego e o conseqüente crescimento da casualização nas sociedades capitalistas cria problemas de controlo social que já não podem ser baseados numa racionalidade política que centra a sua credibilidade no objetivo do pleno emprego... A racionalidade política neoliberal é utilizada pelo Estado como doutrina útil para a gestão do conflito social, na medida em que pode ser mobilizada para aliviar o problema da precarização, privilegiando o "eu", como empreendedor, como responsável tanto pela criação como pela participação na atividade produtiva e que esta atividade é a base da distribuição. O contrato de trabalho situa-se assim no "eu" e não no Estado e no cidadão; o "eu" internaliza ideologicamente o Estado e com ele o risco potencial de casualização... (Bonal, 2003, p. 9)

A exaltação da responsabilidade pessoal baseada no individualismo promovido pelo discurso empresarial, como proposto por Wacquant (2009, p. 431), "invade todas as esferas da vida", e tem como contrapartida "o evitar da responsabilidade empresarial e a proclamação da irresponsabilidade do Estado (ou uma responsabilidade consideravelmente reduzida em matéria social e econômica)"<sup>11</sup>.

Portanto, em vez de verificar qualquer quebra (ou mesmo moderação) nas tendências dos processos de exploração econômica, dominação política e opressão social, os resultados

---

<sup>11</sup>Wacquant está errado ao ligar a doutrina do *laissez-faire* / *laissez-passer* com o neoliberalismo. Historicamente, o neoliberalismo é uma posição ideológica e política anti *laissez-faire*. Pelo contrário, ela tem a convicção de que uma Sociedade de Mercado (não apenas uma economia) só é possível se for construída sistematicamente. Portanto, a ação estatal é crucial através do planejamento descentralizado: a) "desregulatório", como proposto pelas correntes anglo-americanas ortodoxas do neoliberalismo; ou b) "regulatório", como argumentado pelas vertentes heterodoxa austríaca, alemã e italiana (ver Puello-Socarrás 2021, 2013; Mirowski, 2013).

revelados pelas iniciativas empresariais são: níveis mais altos de exploração, especialmente a subordinação e dependência dos empreendedores ao capital financeiro, via endividamento progressivo; e a precariedade das situações de trabalho, mesmo aquelas autoimpostas.

A nova relação entre o empreendedor "consigo mesmo" (auto exploração, auto subordinação, etc.) por um lado e, por outro, com o setor financeiro, que medeia o capital que "trabalhadores para si mesmos" sempre carecem para ativar e sustentar a faceta empreendedora, é fundamental para entender como a hegemonia empreendedora neoliberal exacerba os processos de mercantilização em todas as dimensões e esferas da vida humana individual e coletivamente considerados.

Casilli (2018) resume esta hegemonia da seguinte forma, em termos do Novo Taylorismo:

O capitalismo das plataformas digitais torna a disciplina laboral mais rígida, impondo medidas e avaliações "científicas" que podem assemelhar-se às da velha manufatura industrial. A diferença fundamental é que os trabalhadores, em troca da sua submissão a esta disciplina, não recebem a segurança social e a representação política que tinham em troca da sua subordinação. Este novo taylorismo tem todos os inconvenientes e nenhum dos benefícios antigos. Os trabalhadores estão presos em uma contradição: subordinados e precários ao mesmo tempo.

Em qualquer caso, tanto o "velho" trabalhador como o "novo" empresário não poderão escapar: "[...] o modo de produção e acumulação capitalista e, portanto, também a propriedade privada capitalista, determinam a aniquilação da propriedade privada assente em trabalho próprio, ou seja, a expropriação do operário" (Marx, 1976, p. 273 Livro I - Tomo III), frase com que Marx termina o primeiro livro do *Capital*: o processo de acumulação.

### 3.2. O Estado "como" empreendedor

A construção política e a constituição socioeconômica do atual estado neoliberal em que o empreendedor é não só o princípio antropológico, mas também o princípio político e que tem sido comumente relatada na literatura como a transição ("direta") do Estado-Providência Keynesiano para o Estado-Trabalho Schumpeteriano; ou seja, o regime estatal atualmente em vigor deve desenvolver três premissas básicas:

i. A lógica e as contradições do Novo Taylorismo (Casilli) ou do Fordismo individualizado (Demichelis), um plano plausível que nos permite registrar além das rupturas "pós-fordistas" fortes continuidades nos processos do capitalismo em sua fase neoliberal especialmente no nível do individualismo extremo e das implicações que dele derivam para a dinâmica da exploração econômica e, sobretudo, da alienação ideológica.

O indivíduo como empreendedor, “empresário de si mesmo”, como protagonista social, é um caminho para a destruição (destituição e desinstitucionalização) dos processos não capitalistas de socialização coletiva. Especialmente aqueles de natureza comunal que, embora hoje estejam integrados e subordinados à lógica do Capital, ainda permanecem à margem de vários mecanismos de mercantilização e não estão totalmente "funcionalizados" como tal pela acumulação capitalista. Ou, em outras palavras, formas sociais que existem politicamente como resistências de ordem e organização diferentes, reais e potenciais.

Não é pouco, então, validar-se no meio da transição para o estado neoliberal, como nos lembra Demichelis (2016):

Será que saímos realmente felizes (e finalmente!) do sufocante e pesado Fordismo do século XX para o pós-fordismo leve, flexível e virtuoso, a produção ágil, a economia do conhecimento e a era do acesso, a "nova economia" dos anos 90, e agora a "economia compartilhada" e "empregos inteligentes", com alguns (Paul Mason) até mesmo imaginando um fabuloso pós-capitalismo? Ou estamos simplesmente (e dramaticamente) em uma nova fase da Grande História técnica e capitalista?

Além disso, de acordo com o Novo Taylorismo proposto pela Casilli (2018):

A mutação a que –erroneamente– chamam os pós-fordismo e agora "economia compartilhada" e fábrica 4.0 ocorreu, então, não nas formas e regras de organização (subdivisão e totalização: do trabalho de produção, do trabalho de consumo, na fruição dos produtos da indústria cultural), mas na qualidade e quantidade dessa individualização. Se ontem, sob o Fordismo, era necessário concentrar milhares de trabalhadores em espaços fechados como grandes fábricas, porque os meios de ligação/totalização das partes subdivididas do trabalho eram necessariamente físicos e pressupunham um espaço concentrado e concentrador (o que permitia a eficiência produtiva do tempo), hoje os meios de ligação, ou seja, a totalização das partes subdivididas do trabalho, eram necessariamente físicos e pressupunham um espaço concentrado e concentrador (o que permitia a eficiência produtiva do tempo), hoje o meio de conexão, ou seja, a Rede, permite quebrar e individualizar n vezes mais a forma e a norma de organização e fazê-la explodir em empregos (e trabalhadores) desligados de um lugar físico (a fábrica), mas conectados em um lugar virtual, como é precisamente a Rede. Do Fordismo concentrado de ontem, passamos assim, não ao pós-Fordismo, mas a um Fordismo individualizado.

ii. O processo de reconversão e (contra)reforma do Estado, a nível governamental (liderança política e dominação) e organizacional (aparelho).

Em primeiro lugar, este processo tem como objetivo desenvolver diferentes modalidades de governança e para os eixos de "coordenação" e "cooperação" público-privada, em detrimento de preocupações “anacrônicas” de governo (centradas no Estado); e, naturalmente, insistimos, é uma forma de fechar o caminho para alternativas comunitárias baseadas na cooperação.

Em segundo lugar, a transição das burocracias estatais para estruturas funcionalmente pós-burocráticas<sup>12</sup> sob a premissa da "desregulamentação" estatal ("Reinvenção do Governo") e depois em torno do "Estado modesto" regulatório (Crozier) encontra no ápice da Nova Gestão Pública e do domínio público-privado a sua expressão máxima. As trajetórias que aparentemente permitem novas "disjunções" como Pós-Nova Gestão Pública ou Valor Público são apenas o reflexo, por um lado, do esgotamento funcional da Nova Gestão Pública como fórmula organizacional na produção de medidas públicas; e, por outro lado, da (fingida) renovação do neoliberalismo organizacional com uma solução de continuidade. O empreendedor público posiciona-se como gestor da dinâmica política no quadro de uma "pós-nova" Gestão do Valor Público (agora baseada em "missões" não mais baseada em "resultados" como no *new public management* do passado) (ver Mazzucato & Penna, 2016).

Com o "Estado empreendedor", finalmente projeta-se o (novo) neoliberalismo, incorporando a necessidade de fortalecer a faceta regulatória que vem se consolidando como consenso político e orientação política, pelo menos durante o século XXI (ver Puello-Socarrás, 2021, 2017).

Trata-se agora de promover um tipo "renovado" de ação estatal que seja mais pró-ativo, é claro, em termos de mercado. Mazzucato (2014, p. 9) chama-lhe: um "ecossistema simbiótico (mais mutualista) de inovação público-privada", não só para "corrigir" as falhas do mercado e/ou "complementá-las", mas fundamentalmente porque<sup>13</sup>:

[...] temos de começar por admitir que o Estado faz mais do que remediar as falhas do mercado, que é como os economistas normalmente justificam os gastos públicos. A verdade é que o Estado moldou e criou mercados de grande risco. (Mazzucato, 2013)

---

<sup>12</sup> Deve-se notar que a crítica ao "burocratismo" de meados dos anos 1960, que seria decisiva nas décadas seguintes para o surgimento da orientação pós-burocrática, longe de se esgotar nas burocracias estatais, apontaria estritamente para o critério organizacional social, ou seja, para a sociedade como um todo. O objetivo deste tipo de observações para a grande empresa capitalista era, assim, "justificar" o "mundo dos pequenos negócios" que, como Bolstanski & Chiapello (2002, p. 108) sublinham em relação à introdução da gestão por objetivos no nível da empresa: "Nenhum gerente provavelmente trabalha tão duro e tão efetivamente quanto aquele que dirige seu próprio negócio... O problema para a grande empresa é, portanto, criar condições de trabalho nas quais o gerente seja, na medida do possível, seu próprio chefe". Portanto, mesmo que sintetizemos o movimento no nível do Estado como um aparelho, o fenômeno também deve ser interpretado como uma relação social reconfigurada pela fase neoliberal.

<sup>13</sup> Naturalmente, a nova ênfase reguladora do estado neoliberal no século 21 não significa abandonar suas expressões desreguladoras (típicas do século 20), embora as subordine, evitando o intervencionismo estatal e excluindo qualquer oportunidade para o "desvio" do planejamento centralizado como uma decisão organizacional ou como uma provável orientação política. Deve-se notar que não é por acaso que os apelos ao Estado empresarial afirmam que o Estado, como objetivação coletiva e social, doravante assumiria os riscos e também os investimentos de acumulação de capital. Precisamente duas das variáveis cruciais, mas também críticas na atual crise do sistema ("rentabilidade" e "investimento") (Roberts, 2016).

[...] o Estado deve liderar – não simplesmente corrigindo falhas do mercado, mas ativamente criando e moldando (novos) mercados enquanto regulamenta os existentes [...] Da internet à tecnologia de *fracking*: (Mazzucato, 2014, p. 6-8)<sup>14</sup>.

Portanto, paralelamente a Milton Friedman: “(...) a existência de um mercado livre não elimina, é claro, a necessidade de um governo. Pelo contrário, o governo é essencial... Sua principal função deve ser preservar a lei e a ordem, fazer cumprir contratos privados, incentivar mercados competitivos” (Friedman & Friedman, 1998, p. 52), o Estado empreendedor de Mazzucato atualiza esta orientação<sup>15</sup>.

Entretanto, o eixo do empreendedorismo sofre então uma mudança crucial: do indivíduo (singularmente localizado) para a dimensão relacional, ou seja, a relação social capitalista básica: capital-trabalho e no qual o Estado (e seus aparatos) é (são) coletiva e socialmente considerado e disposto a apoiar a relação empreendedora que o neoliberalismo capitalista implica em termos não só de exploração (econômica) mas também – já o dissemos – de dominação (política) e opressão (social), processos que são energizados pelo componente de alienação ideológica empreendedora eminentemente.

Seria, parafraseando Engels, neste caso: o Estado como empreendedor coletivo. Isto não apenas em termos de exploração (econômica), criação de valor e transferência de mais-valia, mas também – como já dissemos antes – com base no domínio (político) e na opressão (social), processos que são aprofundados pela dinamização da alienação ideológica empreendedora. A variante aqui considerada e que lhe dá sua impressão tipicamente neoliberal é a substituição da "socialização dos investimentos" (implícita no liberalismo clássico, mesmo na "solução" keynesiana) pela "socialização das inovações", a premissa neoliberal que explicita e reforça – novamente parafraseando e atualizando o léxico gerencial do neoliberalismo – o Estado como o Comitê Gestor que rege os interesses capitalistas.

Não é, então, por acaso que nesta versão emergente do Estado se levanta uma crítica (aparente) ao empreendedor “individual” e sem o substituí-lo se apoia a ideia de um “empreendedor coletivo”; o Estado:

---

<sup>14</sup> O correlato do estado empreendedor que é sistematicamente escondido por seus promotores intelectuais sob o eufemismo da "inovação" tende a ser realizado de duas maneiras: i) o consenso de força: aumento da repressão estatal e da criminalização; ii) a força do consenso: "bem-estar" relativo e direcionado às margens extremas das desigualdades, exclusões, opressões, etc. O Estado Punitivo e Empreendedor de Trabalho [*Entrepreneurial, Prisonfare & Workfare State*] (ver Puello-Socarrás, 2021).

<sup>15</sup> Longe de responder intelectualmente às referências keynesianas ou schumpeterianas (teóricas ou ideológicas), como algumas análises superficiais tendem a supor, o pensamento de Mazzucato está localizado nas correntes "neoclássica keynesiana" e "neo-schumpeteriana", ou seja, as versões neoliberais dos temas desenvolvidos por Keynes e Schumpeter, mas sempre interpretadas (rigorosamente decantadas e cuidadosamente purificadas) à luz de uma semântica, mesmo uma epistemologia eminentemente neoliberais. As estruturas dos autores neoliberais de empreendedorismo, como Knight, são representativas desta marca. Da mesma forma são os exemplos "paradigmáticos" do estado empreendedor, geralmente associados à Terceira Via (neoliberal) nos casos dos EUA e da Inglaterra, entre outros. A isto se somam as atuações profissionais de Mazzucato, que foram recente e magistralmente resumidas por Roberts (2021).

Toda a tecnologia que faz do iPhone um smartphone está em dívida com a visão e o apoio do Estado: a Internet, o GPS, a tela tátil e até o assistente de voz Siri do smartphone recebeu dinheiro do Estado. [...] A "economia real" (de bens e serviços) sofreu uma mudança semelhante à da "economia financeira": cada vez mais o risco passa para o sector público e o sector privado recebe os benefícios...

Esqueça os "empreendedores" e "inovadores" do Vale do Silício. É o Estado que deve obter o crédito para financiar a tecnologia criadora de riqueza. (Mazzucato, 2013)

O Estado empresarial reorganiza seus aparelhos e ações (geralmente medidas políticas tímidas que estão longe de ser "políticas públicas" no sentido clássico do termo) sob a dinâmica empreendedoras para apoiar e atualizar a relação capitalista, escondendo suas contradições.

Apenas para ilustrar um caso, John Smith (Smith, 2016, p. 21), entre alguns, explica como se segue:

Ao contrário de [uma] camiseta humilde, iPhones e laptops são commodities tecnologicamente complexos. Sua deslumbrante sofisticação e status de marca icônica podem facilmente cegar o observador para o caráter explorador e imperialista das relações sociais e econômicas que eles encarnam.... A pergunta que fizemos sobre a camiseta também pode ser feita sobre o iPhone: qual a contribuição que os 1,23 milhões de trabalhadores empregados pela Foxconn International em Shenzhen, China, que montam laptops e iPhones da Dell – e as dezenas de milhões de outros trabalhadores em países de baixos salários em todo o mundo que produzem insumos intermediários baratos e bens de consumo para os mercados ocidentais – fazem para os lucros da Dell, da Apple e de outras empresas líderes ocidentais? Ou para as receitas e lucros das empresas de serviços que fornecem suas instalações, varejo de seus produtos, etc.?

Para permanecer em vigor, esta estrutura sócio-política considera essencial, por um lado, “administrar” taticamente (a curto prazo) o cenário de intensa e generalizada insegurança social, acentuada pelo próprio neoliberalismo e que, como já foi chamado antes como agora, vê na chamada “inclusão” seu suposto remédio ou, colocando metaforicamente, a passagem do “Capitalismo selvagem” para o “Neoliberalismo do Bom selvagem”; por outro lado, continuar guiando e avançando na construção estratégica (a longo prazo) das Sociedades de Mercado.

A empresa estatal cumpre a função econômica de aprofundar a exploração em geral, condição que só pode ser assegurada, ao mesmo tempo, pela função ideológica de alienação (redobrada) assegurada através da dominação política, uma esfera social na qual o estado capitalista em geral é o dispositivo-chave por excelência e o Estado empreendedor neoliberal em particular sua síntese mais acabada.

#### 4. Ilustrações. Vulgar empreendedorismo e políticas públicas na Colômbia: a “economia laranja”

Miguel trabalha 12 horas por dia, 6 dias por semana... na Rua 114 em Bogotá. Ele ganha a vida a vender mapas. "Eu compro mapas no valor de 30.000 dólares para a semana. Custaram-me 1.000 dólares, vendo-os por 3.000 dólares e vendo 5 ou 6 por dia". Miguel não é empregado por ninguém e ganha cerca de 250.000 dólares num mês. Isto é menos que o salário-mínimo e ele não tem segurança social e não está contribuindo para uma pensão. No entanto, Miguel não se vê como uma vítima, mas como um empresário. A sua ambição não é trabalhar como operário, mas ganhar mais na rua.

Revista Dinero (2004). “Negocios informales, qué hay detrás”.

O impulso na introdução e implementação do referencial empresarial dentro das estruturas estatais mantém ilustrações paradigmáticas que podem ser analisadas de forma concreta<sup>16</sup>.

Na Itália, por exemplo, o ex-primeiro-ministro Matteo Renzi convenceu o ex-primeiro-ministro da *Amazon*, Diego Piacentini, a retornar ao seu país como funcionário público na posição de comissário extraordinário para a agenda digital e "construir uma espécie de *start-up* dentro de uma máquina antiga como a administração estatal" (citado por Nicoli, M. & Paltrinieri, 2019, p. 38). Na França, Emmanuel Macron insistiu em "transformar" o seu país em uma "nação *start-up*" remanescente de François Hollande, que já havia falado da França como uma “*République Start-up*” (Nicoli, M. & Paltrinieri, 2019, p. 40).

Na Colômbia, a chamada Economia Laranja (EL), da qual um dos promotores foi também presidente colombiano Iván Duque Márquez, é outro exemplo que ilustra o panorama (vulgar) do empreendedorismo público do Estado.

Uma vez que o governo tomou posse, a EL foi anunciada como um dos principais eixos da perspectiva econômica na agenda do governo. Em seu discurso de posse presidencial (7 de agosto), Duque (2018) ratificou:

---

<sup>16</sup> Deve-se ressaltar que, em comparação histórica com sistemas anteriores de produção de políticas públicas no sentido original (estamos pensando no agora extinto Estado-Providência Keynesiano), hoje as "políticas públicas" do Estado-Trabalho Schumpeteriano, um regime estatal de caráter globalizado, são tendencialmente e geralmente resolvidas sob a forma de medidas de baixa intensidade e marginais da autoridade pública. Este é o caso tanto nos espaços "centrais" do capitalismo quanto no lócus "periférico" (por exemplo, América Latina e Caribe) (ver Puello-Socarrás, 2021).

“Eu quero que os jovens da Colômbia ouçam isto com atenção: Estamos empenhados em impulsionar a Economia Laranja para que nossos atores, artistas, produtores, músicos, designers, publicitários, joalheiros, dramaturgos, fotógrafos e animadores digitais conquistem mercados, melhorem seus rendimentos, empreendam com sucesso, posicionem seu talento e atraiam os olhos do mundo”. [grifos nossos]

Além dos discursos políticos, planos políticos e várias alusões genéricas feitas, pouco se sabia na época sobre os detalhes desta iniciativa, que fazia parte de um dos eixos governamentais chamados "legalidade, empreendedorismo e equidade", de acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2019-2022.

Um dos precedentes que permitiu uma análise mais profunda do Economia Laranja foi a publicação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, *La Economía Naranja: una oportunidad infinita*, de autoria de Iván Duque junto com Felipe Buitrago (economista da Universidad de Los Andes) publicada em 2013.

Neste documento, é sempre afirmado de forma ambivalente que:

Este manual foi concebido e escrito com o objetivo de vos apresentar as ideias e conceitos-chave de um debate largamente desconhecido... A economia criativa, doravante a Economia Laranja (verão porquê), representa uma enorme riqueza baseada no talento, na propriedade intelectual, na conectividade e, claro, no património cultural da nossa região (Buitrago & Duque, 2013, p. 8).

É então anotado, sem qualquer cuidado com a inteligibilidade:

O que é a Economia Laranja? [...] Tentar captar um conceito definitivo da Economia Laranja ou suas indústrias é tão absurdo quanto desnecessário (Buitrago & Duque, 2013, p. 38).

Finalmente, está estabelecido que a Economia Laranja:

É o conjunto de atividades que, de forma encadeada, permite transformar ideias em bens e serviços culturais, cujo valor é determinado pelo seu conteúdo de propriedade intelectual. O universo laranja é composto por: i) a Economia Cultural e as Indústrias Criativas, no cruzamento das quais se encontram as Indústrias Culturais Convencionais; e ii) as áreas de apoio à criatividade (Buitrago & Duque, 2013, p. 40).

Sem tentar esgotar o debate, uma exploração do discurso e das práticas do Economia Laranja sugeriria que, por um lado, como proposta político-ideológica é uma tentativa intelectualmente superficial e academicamente vulgar; por outro lado, no âmbito da política econômica, onde foi elevada à "inovação" e um dos eixos do planejamento do desenvolvimento nacional, a EL era abertamente implausível e profusamente anti-técnica.

#### 4.1. Economia Laranja: versão crioula do empreendedorismo vulgar

Ao contrário da tradição neoclássica analisada acima, a versão representada por Buitrago & Duque (2013) sobre as economias, ou também chamadas "indústrias criativas" – uma designação promovida por J. Howkins (2001) e Florida (2002) –, e que os autores renomeiam "laranjas" para a América Latina e o Caribe, deveria ser melhor colocada dentro dos elos abúlicos – intelectualmente falando – da acima mencionada *entrepreneurmania*.

A EL tentaria se dissociar sem sucesso dessas modas assumindo um intelectualismo que não só agrava suas exposições com referências acadêmicas (incluindo estatísticas), mas também incorpora citações de autores (ou números sem ordem) tão diversas e incompatíveis (politicamente, teoricamente e, sobretudo, ideologicamente) como Adorno, Toffler ou Franklin, Zelazny, Landry, entre uma lista quase interminável de testemunhos incongruentes, mas altamente sugestivos.

Por exemplo, Buitrago & Duque, tentando legitimar um dos "conceitos" que eles consideram chave para a Economia Laranja, a "destruição criativa", abusam da interpretação de um dos teóricos do empreendedorismo, J. Schumpeter, distorcendo este conceito e depois adaptando-o de acordo com os seus objetivos<sup>17</sup>.

O mesmo acontece com o uso oportunista do escritor argentino Julio Cortázar. Buitrago & Duque (2013, p. 46-47) trazem fragmentos de sua obra para justificar ao leitor o significado da cor laranja – uma operação que, com base em uma análise política da biografia e da bibliografia de Cortázar, ele próprio simplesmente negaria.

Situações como estas não são excepcionais<sup>18</sup>. Pelo contrário, elas são constantemente repetidas, sem vergonha intelectual ou modéstia, ao longo de todo o "Manual".

Destacamos a versão vulgarizada do empreendedorismo para sublinhar que o discurso da EL é concebido – quase exclusivamente – para provocar emoções e impressões (hiper-subjetivistas) que, em qualquer caso, garantem ou ativam a ação empreendedora, por definição uma ação

---

<sup>17</sup>Buitrago & Duque (2013, p. 145) escreveram: "Destruição criativa. Conceito do sociólogo Werner Sombart, popularizado em economia por Joseph Schumpeter. Ela descreve o processo pelo qual produtos e modelos comerciais inovadores criam maior valor do que os produtos e modelos que são deslocados e destruídos por sua incorporação". A citação é uma paráfrase que os autores replicam, obtida do portal da Wikipédia ([https://es.wikipedia.org/wiki/Destrucción\\_creativa](https://es.wikipedia.org/wiki/Destrucción_creativa)), além do mais, errática. O chamado "Processo de Destruição Criativa" introduzido (e não simplesmente popularizado) por Schumpeter, foi desenvolvido no capítulo VII de seu conhecido: *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (publicado em 1943). Para ser honesto, este conceito foi inspirado pela análise do capitalismo de K. Marx (e F. Engels), como o próprio Schumpeter reconhece (1943, p. 81-86). Sombart, por outro lado, dificilmente é mencionado por Schumpeter nesta obra: duas vezes em um livro de quase 500 páginas, e sem nenhuma relação com este tema. Naturalmente, se os autores forem citados sem lê-los e forem usadas fontes do tipo Wikipédia, tais desvios irresponsáveis produzirão sistematicamente erros, como evidenciado no manual da Economia laranja.

<sup>18</sup> A estas operações de maquiagem retórica acrescenta-se a ilustração de situações exemplares, baseadas no conteúdo ou através de personagens retirados de filmes de consumo em massa (*Fight Club* é um dos exemplos representativos).

especulativa. Daí a insistência de que – lembremo-nos – os empreendedores devem constantemente assumir "riscos" e recorrer ao capital que, não por acaso, é chamado de "capital de risco"<sup>19</sup>.

Este tipo de ação individual é tão útil quanto necessária para fazer avançar a subsunção do trabalho em geral para a lógica do capital e, simultaneamente, prolongar as contradições cada vez mais críticas da acumulação.

#### 4.2. Proposta antitécnica e inverosímil (desde o início)

Apesar de o lugar de enunciação da Economia Laranja foi originalmente o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), uma organização autoproclamada tecnocrática onde Iván Duque foi Chefe da Divisão "Assuntos Culturais, Solidariedade e Criatividade", a Economia Laranja demonstrou falta de julgamento técnico e plausibilidade.

A Economia Laranja omitiu de pelo menos duas situações relativas ao campo de ação que pretendia “replicar” na Colômbia.

Em primeiro lugar, escondeu o fracasso global das políticas das Indústrias Culturais Criativas.

O Reino Unido, um caso considerado paradigmático de tais programas e muitas vezes assumido como “bem-sucedido” – como também notam Buitrago & Duque<sup>20</sup> (2013, p. 156) –, resume as principais tendências e resultados cruciais destas políticas após várias décadas de implementação:

i) A exacerbação das desigualdades sociais, especialmente a gentrificação. A experiência britânica falsificaria a relação entre empreendedorismo e equidade levantada por Duque como candidato presidencial e depois como presidente; também, Buitrago & Duque (2013: 186) quando afirmavam – sem apoiar suas afirmações – que: “[...] no desenvolvimento da Economia Laranja é possível fechar brechas sociais e aproximar os mais pobres e privilegiados em torno de um propósito comum”;

ii) A crescente precarização dos trabalhadores do sector cultural (Oakley, 2006). As evidências britânicas também questionariam a suposta ligação entre empreendedorismo e legalidade, uma vez que, longe de transformar situações de informalidade laboral em condições de maior formalidade, simplesmente adquiriram um estatuto de "normalidade". A progressiva mercantilização da arte como resultado destas "inovações" levou a que: “[...] de ser considerado um forasteiro imaginativo ou crítico ou um participante na transformação social, o artista é agora apresentado como o trabalhador modelo da nova economia" (Kapur, 2011).

---

<sup>19</sup>Buitrago & Duque (2013, p. 58) propõem: “As grandes oportunidades de negócios e transformação são para aqueles que ousam enfrentar a inovação e a adoção precoce. É claro que também é aqui que estão os riscos, mas é bem conhecido que aquele que não arrisca um ovo, não ganha uma galinha”. Em relação direta com a ecologia da laranja, observa-se: “[...] deve-se entender que a natureza do desenvolvimento dos intangíveis é muito diferente da produção de bens manufaturados: leva tempo (é cumulativo); o criativo é complexo e imprevisível; é um processo arriscado e volátil” (Buitrago & Duque, 2013, p. 172).

<sup>20</sup>Buitrago & Duque (2013, p. 156) elogiam: “Casos emblemáticos de modernos clusters criativos são o *Soho* em Londres e o *Centro Metropolitano de Diseño* em Buenos Aires”.

Em segundo lugar, a promoção da Economia Laranja nada diz sobre o retumbante fracasso das políticas empresariais ao nível nacional e local na Colômbia, implementadas com especial ênfase desde os governos de Andrés Pastrana (1998-2002) e Álvaro Uribe (2002-2010), ou seja, há duas décadas.

As estatísticas e os estudos sobre este assunto são conclusivos a este respeito.

Com base em um estudo da Confecámaras (2016), Giraldo (2017) observou:

Há uma insistência no empreendedorismo para a geração de renda para os deslocados, os pobres e agora os ex-combatentes das FARC. O fracasso desta política é tal que a expressão "vale da morte" é usada na mídia para refletir esta realidade... Um estudo da Confecámaras (2016) afirma que "entre 2011 e 2015, um total de 1.033.211 empresas entraram no mercado e 991.911 foram canceladas" (p. 21), o que significa que em termos líquidos há uma taxa de mortalidade de 96%. Isto refere-se a empresas formais de todas as classes, mas nos setores populares, que é o que é conhecido como "empreendedorismo de subsistência", a taxa de fracasso é de cerca de 97%.

Na mesma linha, Cajigas, Haro & Ramírez (2017, p. 109), em um artigo científico que resume a "medida empresarial na Colômbia", intitulado *O Estado colombiano e o empreendedorismo empresarial: sucesso ou fracasso do seu programa chave*, concluíram:

Observando a análise das variáveis e os resultados reais do Fundo Empreender, constata-se que dos 2.119 projetos financiados entre 2006 e 2013, 45%, equivalentes a 949 empresas, foram mal sucedidos e fechados, pois não conseguiram cumprir os critérios de medição no final do primeiro ano de criação da empresa; enquanto os 55% restantes, ou seja, 1.170 empresas, foram bem-sucedidos, pois cumpriram os critérios de medição e continuaram a operar após o primeiro ano. 170 empresas foram bem-sucedidas, pois cumpriram os parâmetros de qualificação e continuaram abertas após o primeiro ano, sem que os empresários tivessem que pagar o crédito obtido do Fundo como capital semente... a principal conclusão deste estudo é que o empreendedorismo empresarial como política pública na Colômbia está falhando...

Assim, a Economia Laranja não representaria nenhuma "inovação" política; ao contrário, foi uma campanha publicitária astuta e perversa que procurou invocar expectativas e reviravoltas emocionais, especialmente entre um setor já precário e empobrecido, progressiva e potencialmente explorável e, sobretudo, presa fácil de cair no tipo de sedução e ilusões empreendedoras: a juventude. Como dito na linha editorial de um banco: "Historicamente a cor laranja está ligada à juventude e à alegria... a criatividade é um grande negócio" (BBVA, 2016).

## Referências

- BARZELAY, M. & ARMAJANI, B. (1998). *Atravesandola burocracia: una nueva perspectiva de la administración pública*. México: FCE.
- BBVA. 2016. Economía naranja: la creatividad es um gran negocio. *Economía Digital* (noviembre). Disponível em: <https://www.bbva.com/es/economia-naranja-la-creatividad-gran-negocio/>. Acesso em: 1/12/2016.
- BLYTH, M. 2014. Austeridad. *Historia de una idea peligrosa*. Barcelona: Planeta.
- BOLTANSKI L. & CHIAPELLO, E. 2002. *El nuevo espíritu del capitalismo*. Akal: Madrid.
- BONAL, X. The neoliberal educational agenda and the legitimation of crisis: old and new state strategies. *British Journal of Sociology of Education*, Vol. 24, No. 2, 2003.
- BOZEMAN, B. 2007. *Public values and public interest. Counterbalancing economic individualism*. Washington: Georgetown University Press.
- BUITRAGO, F. & DUQUE, I. 2013. *La Economía Naranja: una oportunidad infinita*. Nueva York: Banco Interamericano de Desarrollo.
- CAFFENTZIS, G. 2016. Una crítica del Capitalismo cognitivo. *Hipertextos*. Vol. 4, No. 6.
- CAJIGAS, M., HARO, M. & RAMÍREZ, E. 2017. El Estado colombiano y el emprendimiento empresarial: éxito o fracaso de su programa clave. *Criterio Libre*, 15 (26), pp. 105-130.
- CANTILLON, R. 1755 (2000). *Ensayo sobre la naturaliza del comercio en general*. México: UNAM.
- CASILLI, A. 2018. Los trabajadores son el corazón del algoritmo: El nuevo capitalismo digital (Entrevista). *Sin Permiso* (20/1/2018). Disponível em: <https://bit.ly/2E9W7Ch>. Acesso em: 21/1/2018.
- CHICA, S. & SALAZAR. 2018. C. Nueva / Post-nueva Gestión Pública ¿Continuidad o ruptura de las doctrinas de reforma a partir de los años 90? Em: Rodríguez & Puello-Socarrás, J.F. *Vademecum de la Administración Pública. Debates y Perspectivas*, No. 1. San Juan de Pasto: APESAP.
- CHRISTENSEN, T., & LÆGREID, P. 2007. Reformas Post nueva Gestión Pública. Tendencias empíricas y retos académicos. En: *Gestión y Política Pública*, XVI (2), México, 539-564.
- CROZIER, M. 1992. *Estado modesto, Estado moderno: estrategia para el cambio*. México: Fondo de Cultura Económica.
- DAHL, A. & SOSS, J. 2014. Neoliberalism for the Common Good? Public value Governance and the downsizing of democracy. *Public Administration Review*, 74 (4), 496-504.
- DEMICHELIS. 2016. El nuevo fordismo individualizado. *Sin Permiso* (3/5/2016). Disponível em: <http://www.sinpermiso.info/textos/el-nuevo-fordismo-individualizado>. Acesso em: 4/5/2016.

DINERO. 2004. Negocio sin formales, qué hay detrás. Disponível em: <https://bit.ly/2wK6EBB>. Acesso em: 1/12/2018.

DOBB, M. (1937). *Economía política y capitalismo*. Fondo de Cultura Económica.

DUQUE, I. 2018. El pacto por Colombia. Discurso de posesión del presidente de la República de Colombia Iván Duque Márquez (Agosto 7). *Semana* (Agosto 8). Disponível em: <https://bit.ly/2M9bG4k>. Acesso em: 8/7/2018.

EAGLETON-PIERCE, M. 2016. *Neoliberalism. The key concepts*. New York: Routledge.

FLORIDA, R. 2002. *The Rise of the Creative Class and How it is Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life*. New York: Basic Books.

FRIEDMAN, M., & FRIEDMAN, R. (1998). *Libertad de elegir. Hacia un nuevo liberalismo económico*. Grijalbo.

GIRALDO, C. 2017. Va por buen camino la Reincorporación de las FARC? *Palabras al Margen* (octubre). Disponível em: <https://bit.ly/2fXWrN0>. Acesso em: 1/12/2018.

GUERRERO, O. 2004. *La nueva gerencia pública: neoliberalismo en Administración pública*. México: Fontamara.

HAYEK, F. 1975 (1986). Individualismo: El verdadero y el falso. *Estudios Públicos*, No. 22.

HARDT, M. & NEGRI, A. 2017. *Assembly*. Oxford. Oxford University Press. 2017.

HOWKINS, J. 2001. *The Creative Economy: How people make money from ideas*. London: Allen Lane.

JIMÉNEZ, C., & PUELLO-SOCARRÁS, J. F. (2022). Común (con) y (sin) comunidad. Reconstruyendo los debates teóricos contemporáneos. En *La producción y reapropiación de lo común. Horizontes emancipatorios para una vida digna* (pp. 211-246). CLACSO.

KAPUR, J. 2011. Capital limits on creativity. Neoliberalism and its uses of art. *Jump Cut. A review of Contemporary Media*, No. 53.

MARX, K. (1844). *Manuscritos de economía y filosofía*. Alianza.

MARX, K. (1976). *El Capital. Crítica de la economía política*. Akal.

MAZZUCATO, M. 2014. *El Estado emprendedor. Mitos del sector público frente al sector privado*. Barcelona.

MAZZUCATO, M. 2013. El mito puramente ideológico de los “emprendedores” privados tecnológicamente innovadores. *Sin Permiso* (6/10/2013). Disponível em: <http://www.sinpermiso.info/textos/el-mito-puramente-ideologico-de-los-emprendedores-privados-tecnologicamente-innovadores>. Acesso em: 7/10/2013.

MAZZUCATO, M. & PENNA, C. 2015. *The Brazilian Innovation System*. A misión-oriented policy proposal. Avaliação de Programas em CT&I. Apoio ao Programa Nacional de Ciência (Plataformas de conhecimento). Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos.

MIROWSKI, P. 2013. *Nunca dejes que una crisis te ganela partida. ¿Cómo ha conseguido el neoliberalismo, responsable de la crisis, salir indemne de la misma?* Barcelona: Planeta.

NICOLI, M. & PALTRINIERI, L. 2019. El tránsito del empresario de sí mismo a la *start-up* existencial en el marco de las transformaciones de la racionalidad neoliberal. RECERCA. *Revista de Pensament i Anàlisi*. No. 24 (1).

OAKLEY, K. 2006. Include Us Out. Economic Development and Social Policy in the Creative Industries. *Cultural Trends* No. 4: 255–273.

OSBOURNE, D. & GAEBLER, T. 1992. *La reinvencción del gobierno: La influencia del espíritu empresarial en el sector público*. Barcelona: Paidós.

OSBOURNE, D. & PLASTRICK, P. 2006. *Herramientas para transformar el gobierno*. Barcelona: Paidós.

OSTROM, E. 2005. Unlocking Public Entrepreneurship and Public Economies. *Discussion Paper No. 2005/01*. EGDI–WIDER Conference on Unlocking Human Potential (Helsinki, 17–18 September 2004).

PORTAFOLIO. 2017. Diez libros de finanzas que todo emprendedor debe leer. Disponible em: <https://bit.ly/2mw8q5D>. Acesso em: 12/8/2018.

PUELLO-SOCARRÁS, JF. 2008. *Nueva Gramática del Neo-liberalismo*. Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales.

PUELLO-SOCARRÁS, JF. 2012. NOBELiberalisme! Lesig noble sprix Nobel d'Économie, *El Correo* (Paris). Disponible em: <http://www.elcorreo.eu.org/NOBELiberalisme-Les-ignobles-Prix-Nobel-d-Economie?lang=fr>. Acesso em: 12/12/2012.

PUELLO-SOCARRÁS, JF. 2013. Ocho tesis sobre el neoliberalismo (1973–2013). In: Ramírez, H. *O neoliberalismo Sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise*. São Leopoldo: Oikos - Unisinos, p. 13–57.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F., & Gunturiz, A. (2013). ¿Social-neoliberalismo? Organismos multilaterales, crisis global y programas de transferencia monetaria condicionada. *Política y Cultura*, 40, 29–54.

PUELLO-SOCARRÁS, JF. 2015. El Capitalismo del Buen Salvaje. Nuevo neoliberalismo e inclusión social. *Periferias. Revista de Ciencias Sociales*, 23(22), 99–115.

PUELLO-SOCARRÁS, JF. 2017. Las críticas neoliberales al neoliberalismo. El Dogma de mercado y las Herejías que nunca llegan a convertirse en Blasfemias. Em *Anuario de Estudios Políticos Latino americanos*. No. 3, Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, pp. 179–204.

PUELLO-SOCARRÁS, JF. 2018a. ¿Gobernanza y Nueva Gestión Pública para la Paz? Notas sobre el proceso de implementación del Acuerdo Final em Colombia. *REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre)* [online]., vol.24, n.2, pp.31-49, 2018c.

PUELLO-SOCARRÁS, JF. 2018b. Desde la Gobernanza (neoliberal) hacia las Habilidades Comunes de Gobierno. Formas comunales de gobierno desde abajo como alternativas contra-hegemónicas. *Anuario de Estudios Políticos Latinoamericanos*, No. 4. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. ISSN 2339-4889, pp. 65-84, 2018d.

PUELLO-SOCARRÁS, JF. 2018c. Nuevo Neo-liberalismo y Administración Pública: reinención gubernamental, post-burocracia y nuevagestión pública. Em: Rodríguez, Y. & Puello-Socarrás, J.F. *Vademecum de la Administración Pública. Debates y Perspectivas*, No. 1. San Juan de Pasto: APESAP.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F., & Jiménez, C. (2020). "Two faces of Commons? Communal forms of government from below as counter-hegemonic alternatives". *Ephemera. Theory & politics in organization*, 20(1), 17-50.

PUELLO-SOCARRÁS, JF. (2021). "Novo Neoliberalismo. Arquitetônica estatal no Capitalismo do século XXI". *Revista Eletrônica de Administração (REAd)*. Vol. 27. No. 1. ISSN. ISSN 1980-4164, pp. 35-65. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/read/article/view/111147/60924>. Acesso em: 21/12/2021.

Red de Cámaras de Comercio (Confecámaras). 2016. *Nacimiento y supervivencia de las empresas en Colombia*. Bogotá: Confecámaras. Disponível em: <https://bit.ly/2DNBydT>. Acesso em: 1/12/2016.

RIFKIN, J. 1994. *El fin del trabajo*. Nuevas tecnologías contra puestos de trabajo. El nacimiento de una nueva era. Barcelona: Crítica.

ROBERTS, M. 2016. *The Long Depression. How it happened, why it happened and what happens next*. Chicago: Hay markets books.

ROBERTS, M. (2021). La misión imposible de Mazzucato. *Sinpermiso*. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/la-mision-imposible-de-mazzucato>. Acesso em: 12/12/2021.

STEDMAN, D. The neoliberal origins of the Third Way: How Chicago, Virginia and Bloomington shaped Clinton and Blair. En: Cahill, D., Cooper, M., Konings, M. & Primrose, D. (eds.) *The SAGE Handbook of Neoliberalism*. Los Angeles: SAGE Reference, 2018.

WACQUANT, L. 2009. *Castigar a los pobres*. El gobierno neoliberal de la inseguridad social. Gedisa: Barcelona.

WHITESIDE, H. 2016. *Neoliberalism as Austerity*. The theory, practice, and purpose of fiscal restraint since 1970s, en: Springer, S., Birch, K. & Mac Leavy, J. *The Handbook of Neoliberalism*. New York. Routledge.